

DEPOIMENTO

Tristão de Athayde

Entrevista concedida a Edith Pimentel Pinto, coordenadora do Curso Expansão da Língua, no Centro D. Vital, RJ, a 26/6/1980.

O Sr. é certamente o intelectual brasileiro que mais se tem preocupado com assuntos de língua. Apesar de não ser um especialista, toda vez que, por um motivo ou outro, a língua entra em crise, o Sr. se tem pronunciado com clarividência e clareza. Agora estamos atravessando um desses momentos. Por isso, nenhum depoimento mais oportuno que o seu.

— Muito obrigado. Desde já protesto com a qualificação de interessado especialmente. Estou interessado, mas não especialisticamente, não é? Aliás, a Sra. diz aí. Nunca me especializei em linguagem. Mas sempre me interessei muito pelas formas de expressão.

— Nos seus pronunciamentos, de 1921 até hoje, não se encontram queixas a respeito do ensino da Língua, nos seus tempos de criança e de adolescente, como ocorrem, por exemplo, em Graciliano Ramos. Isso significa que esses estudos nunca lhe foram penosos?

— Não. Eu devo dizer até que, sendo hoje um grande partidário da liberdade no emprego da língua, eu agradeço muito aos meus professores de língua portuguesa — porque naquele tempo nem se falava ainda em língua brasileira — sobretudo Fausto Barreto, que foi meu professor no Pedro II (naquele tempo se chamava Ginásio Nacional, ainda). Eu devo dizer que até hoje agradeço enormemente o ensino que ele me deu, da língua portuguesa, exatamente pela disciplina com que ele

me ensinou, disciplina essa que me permite hoje, dentro da minha insignificância como escritor, usar essa linguagem com liberdade, exatamente porque eu aprendi com disciplina. Então eu devo até hoje a gratidão a Fausto Barreto, que, juntamente com Carlos Laet, os dois grandes lingüistas e professores do Pedro II, de ter sido a cadeira de língua portuguesa a mais exigente que havia no tempo do meu estudo secundário. Naquele tempo, evidentemente, eu protestava, mas, hoje, voltando àquilo pelo qual eu passei, lembro, por exemplo, que Fausto Barreto tinha um pequeno gesto, toda semana. . . A senhora perguntou sobre o meu ensino e a minha experiência, e eu vou logo dizendo, para antecipar alguma pergunta para diante. Tínhamos aula todo dia, de língua portuguesa, todo dia era a primeira aula, meia hora de aula e meia hora de interrogatório e conversa com o aluno. Ele era de uma exigência estrita, tanto assim que pegava o lápis desta maneira, assim entre dois dedos, havia uma lista, para uma classe assim de uns trinta alunos. Havia possibilidade de chamar todo dia uns quinze, não tenho bem certeza; chamava com a maior freqüência, pelo menos duas vezes por semana éramos chamados. E tinha esta maneira de escrever na lista de nomes: ele perguntava uma coisa, duas coisas; quando a primeira resposta, digamos, era negativa, a segunda também negativa, dizia — “Já está se aproximando da MARMELADA”. Marmelada era nota má. Quando o aluno titubeava, ele dizia isso e nós o víamos fazer este sinal: o M de MARMELADA. Essa exigência, no momento, me irritava profundamente, sem dúvida alguma, mas hoje eu devo grande agradecimento pela *liberdade* que ele me deu hoje, por me ter ensinado a *disciplina*. Essa é que é a minha experiência.

- Durante os anos 20 e 30, quando os jovens intelectuais se apaixonavam pela aventura de trabalhar a língua a seu modo, essa febre não o atingiu? As inovações modernistas não lhe agradavam, ou, já voltado para o ensaio, isto é, para a linguagem referencial, a questão não lhe dizia respeito?
- Ao contrário, desde o princípio, eu, como agora acabo de dizer, graças talvez justamente a essa disciplina que tinha tido, como reação natural a essa disciplina que hoje apóio, mas que então me irritava, estive naturalmente de acordo, logo desde o princípio, com todas as experiências em matéria de linguagem, desde o primeiro livro de Mário de Andrade, sobretudo, que foi quem começou a lançar mais diretamente, mais positivamente a possibilidade de uma ação subjetiva através desse instrumento de comunicação que é a linguagem. Apoiei imediatamente, sem a menor hesitação.
- Mas nunca usou neologismos?
- Nunca usei nesse sentido. Mas hoje, por exemplo, há um testemunho que vou dar. Nunca usei porque nunca fiz senão pequenos ensaios inteiramente desprovidos de criatividade. Nunca me preocupei de empregar a linguagem com este uso de liberdade que eu julgo muito necessário e que louvava nos outros. Mas há um testemunho, vou dizer já qual é, que é o de Aurélio Buarque de Holanda. O Aurélio me disse e repetiu, há um mês atrás, justamente quando tive uma longa conversa com ele; nós nos encontramos freqüentemente na Academia, mas nem sempre a gente tem uma longa conversa. Nesse dia, quando houve uma manifestação a ele, e que eu

fiquei a seu lado, tivemos uma longa conversa. E ele, que sempre me dizia que encontrava neologismos na minha linguagem, disse-me: - Eu tenho tantos neologismos seus, apontados, que poderia dar realmente um volume, um pequeno volume, evidentemente, só de neologismos que o Sr. emprega freqüentemente em sua linguagem. - Isso me dá um testemunho. Eu realmente não sei se os emprego. Nunca empreguei de propósito, nunca procurei empregar, tanto mais quanto nunca trabalhei a linguagem como um fim em si sempre. *Trabalhei com a linguagem, nunca trabalhei a linguagem* como trabalho *criador de linguagem*. Então eu, *trabalhando com a linguagem*, trabalho com a máxima liberdade. Agora, vendo e sentindo, há em mim uma raiz criativa inicial de disciplina, que provavelmente me impede de utilizá-la no sentido da vulgarização, da criatividade arbitrária da linguagem. Veja por exemplo um pianista que não tenha uma técnica de formação muito severa; um pintor que não tenha uma técnica de desenho muito clássica, um escultor que não comece fazendo imagens ou figuras de acordo com a imitação de criaturas vivas. Os que não tenham essa preparação, usam uma criatividade que não perdura. Será uma criatividade, a do pianista, quanto a do pintor e do escultor, e portanto também a do poeta, será uma criatividade absolutamente arbitrária e efêmera. Agora, quando esse criador teve essa formação, essa sua criatividade de iniciação, de remodelação, de reformulação, será, por sua vez, uma capacidade de ser a iniciadora, a reformuladora de técnicas novas ou de experiências novas que vão beneficiar os continuadores. É nesse sentido, digo e repito que sou partidário do emprego muito amplo da linguagem; nunca procurei fazer inovações intencionais em matéria de linguagem; sempre louvei enormemente esse uso, mas nunca o procurei intencionalmente, porque sempre trabalhei *com a linguagem* e não *a linguagem*.

- Nos anos 20, sua posição quanto à natureza da língua do Brasil era clara. O senhor, falava em "um português em elaboração", o que significava, a seu ver, liberdade dentro da disciplina gramatical da língua portuguesa. Parecia-lhe, então, "risível" falar em língua brasileira. Mas em 1930 já era outra a sua posição a esse respeito. A que se deveu essa efêmera conversão? À influência de Herbert Parentes Fortes, de Cassiano Ricardo e de outros apóstolos da língua brasileira?

Não acredito que tenha havido, nem posso determinar quais são as influências. Sei apenas que há uma evolução no sentido da liberdade lingüística, como há na minha própria evolução intelectual e geral. Uma evolução no sentido da liberdade também em matéria social e política. Você sabe muito bem disso, que em matéria social e política eu tenho evoluído muito, logo depois da minha conversão, da primazia da autoridade para a primazia da liberdade. Essa evolução, no sentido do uso da liberdade e de primazia da liberdade, que hoje em dia eu emprego em matéria social e política, eu também a sinto em mim, naturalmente numa evolução absolutamente espontânea; e Herbert Parentes Fortes, por exemplo, que em certo momento esteve muito ligado a mim e cuja tese eu elogiei enormemente, é bem provável que todos eles tenham tido influência. Se influência houve e eu acredito que tenha havido, só percebe essa influência o subconsciente, e coincide perfeitamente com a tendência espontânea da minha própria evolução.

A julgar por suas afirmações, na época, o Sr. só discordava das idéias de Herbert Parentes Fortes num ponto: o ensino da língua em sua forma oral.

E discordava em nome da disciplina, que já então lhe parecia imprescindível.

O Sr. sabe que no momento é essa a orientação pedagógica que os professores de português vêm recebendo, e que defendem?

— Parece que as suas perguntas são formuladas *depois* das minhas declarações anteriores. . . Isso mostra que a senhora leu muito bem. . . Acho que o ensino da língua deve ser na sua forma clássica, vernácula, tradicional, disciplinar, exatamente para permitir o coloquialismo autônomo. Quando se emprega o coloquialismo na forma imediatista, estamos estimulando a facilidade. Estimular a facilidade é estimular a infecundidade e o caráter efêmero de todas as criações. Então eu digo: é indispensável a técnica e a técnica é o ensino disciplinado, de acordo com a tradição recebida e que são as regras formuladas, para se poder, então, de acordo com a capacidade de criatividade legítima (porque há uma criatividade baseada na facilidade, que é uma criatividade ilegítima), uma criatividade legítima, baseada na dificuldade, dificuldade de chegar a ser simples. A simplicidade absolutamente autêntica, ou é a simplicidade do homem inculto, e esse realmente não tem culpa nenhuma, ou é a facilidade do semiculto, pois a pior das inculturas é a semicultura. Então eu digo: é preciso se libertar para conhecer a disciplina. Há uma frase que Goethe emprega, mais ou menos nesse sentido, e que eu tenho a minha experiência de setenta anos de vida literária, que a vem confirmar.

— O senhor considera irreversível a primazia do coloquial, que se vem impondo a todo dia?

— Irreversível nunca é, há sempre uma flutuação, para cima, para baixo. Agota, eu acredito que há um emprego exagerado do coloquialismo. Eu acredito que esse emprego exagerado pode levar até a uma reação ilegítima, no sentido do verbaculismo exagerado. Então eu acho, como sou muito mais um homem de composição que de oposição, acho que é preciso compor disciplina e liberdade, nesse sentido. Começar pela disciplina para atingir a liberdade. E não começar pela liberdade para atingir depois uma disciplina como reação, que vai ser então um reacionarismo lingüístico, que é um retorno, um retrocesso, um empobrecimento.

— Em artigo de 1975, publicado no *Jornal do Brasil*, "O problema da linguagem", o Sr. afirma que o culto do purismo foi substituído, a partir de 1922, pelo culto do coloquialismo, como critério para a aferição da autenticidade lingüística. Para atalhar essa radicalização, o Sr. propunha, então, "uma combinação de liberdade e norma" (norma, aqui, na acepção de prescrição gramatical). Essa "combinação", a seu ver diz respeito somente à finalidade literária, ou também à finalidade pragmática da língua.

— Que perigoso tudo isso ! . . . até parece policial, ela já leu tudo, já viu tudo ! que coisa tremenda !

(1) Ver, a seguir, o texto do artigo referido.

Bom. A linguagem, a língua, é um instrumento de expressão e de comunicação. Então, na utilização pragmática da língua, como comunicação, deve prevalecer o uso da maior simplicidade, da maior racionalidade, da maior comunicabilidade, no sentido de realmente evitar tudo aquilo que seja barroquismo de linguagem. No sentido da criação, no sentido da expressão, então essa liberdade realmente deve ser entregue "ad libitum" à espontaneidade, à necessidade de se exprimir através da linguagem mais barroca, mais circularista, mais ornamental, do que seria a linguagem da comunicação.

— Poderia apontar escritores que hoje realizam esse ideal de combinar, na medida justa, liberdade e prescrição gramatical?

— Bom, eu vejo, por exemplo, um Josué Montelo, que é de uma extrema simplicidade e que realmente não hesita em empregar termos novos. É da mais extrema simplicidade, quase coloquial. O Drummond é um mestre em tudo isso, absolutamente fora de série.

— O senhor pode incluir nisso também o poeta Gilberto Mendonça Teles?

— Oba ! esse sempre foi assim. Ele é ao mesmo tempo planetarista e regionalista, no sentido de ser ligado ao seu torrão natal, no sentido da expressão simples, singela e muito bem brasileira; e, ao mesmo tempo, muito requintado filologicamente e psicologicamente, filosoficamente...

E ainda camoniano?...

Até camoniano. É como Machado de Assis. Que é Machado de Assis? Em 1858 Machado de Assis sustentava, escrevia, que era preciso criar uma língua brasileira, influenciado pela publicação, no ano anterior de *O Guarani*. E no entanto Machado de Assis veio a ter uma linguagem de uma simplicidade, de um brasileiro sem nenhum brasileiro sem nenhum coloquialismo regionalista, exatamente porque ele partiu realmente de um grande conhecimento da língua. Ele estudou a língua no Gabinete Português de Leitura, com autores inteiramente portugueses, e depois, exatamente pela sua capacidade de criação e pela sua liberdade de criação, chegou a uma linguagem de uma brasilidade extremamente simples, extremamente pura, e, ao mesmo tempo, sem nenhum lusitanismo artificial.

O Sr. se lembra de que há poucos anos houve uma tentativa, por parte das autoridades, de restringir ou de eliminar o uso de gíria nos veículos de comunicação de massa, e da celeuma que isso provocou? Essa grita, a seu ver, era ou não descabida?

— Perfeitamente descabida. Acho que deve-se empregar, deve-se permitir a gíria, sobretudo na comunicação de massa, absolutamente necessário. Não tenho a mínima dúvida. O que estou falando é: o ensino é uma coisa, a comunicação é outra.

- O Sr. provavelmente tomou conhecimento de que, em 1976, o Governo nomeou uma ilustre Comissão para estudar o problema da carência lingüística dos jovens, e sugerir medidas saneadoras. No entanto, ante o relacionamento, então estabelecido, entre essa carência e a situação econômico-social do País, as medidas propostas foram consideradas inexecutáveis, a curto e a médio prazo.
O Sr. acredita que qualquer campanha em favor da língua, que não parta da modificação dessa situação econômico-social é inócua? Ou sempre se pode fazer alguma coisa?
- Acho que pode-se, deve-se fazer. A situação econômico-social é flutuante, pode ser efêmera, como pode ser dominada. Em todo caso, tudo no Brasil é como na teoria da relatividade, tudo está dependendo do movimento do gabinete em que se fazem os grandes estudos. Se nós formos eliminar a possibilidade de que esse fator social intervenha, então não se pode fazer mais nada, porque o fator social intervém em tudo, até na metafísica, até na religião. Então é um dado fundamental, de que nós temos de partir, mas nem por isso, de modo nenhum, evitar tudo aquilo que representa esta base fundamental: ensino da linguagem rigorosa, para uso da linguagem livre.
- O Sr. então acha justificável um curso como este que nós estamos pretendendo, em São Paulo, e para o qual pedimos a sua colaboração?
- Absolutamente, estou absolutamente de acordo. Exatamente. Promover a língua, nas suas raízes rigorosas é promover ao mesmo tempo a sua liberdade absoluta de emprego, quanto mais determinado por dois fatores: pelo fator do uso espontâneo das massas, e pelo fator do uso racional, intuitivo e de elitismo cultural, pelos grandes escritores.
- Muito obrigada.

O PROBLEMA DA LINGUAGEM *

Tristão de Athayde

O segundo tema, a que ontem nos referimos, como marcante deste final de ano, é o problema do nosso idioma. Foi Abgar Renault, esse grande poeta mineiro, tão clássico em sua modernidade, que tocou fogo de novo na fogueira. Uma fogueira, aliás, que nunca deixa de arder. A fogueira idiomática. Fogo que tanto dá luz e calor, como fere e queima. Que tanto serve para unir, como para separar. Para que os homens se entendam, como se desentendam. Já os romanos advertiam que "*grammatici certant*". Os gramáticos lutam entre si. Como lutam com os escritores. Os críticos com os criadores. A palavra contra o silêncio. Quando não se entendem e não compreendem que este é, ao mesmo tempo, a origem e a plenitude daquela.

No início deste século, quando a nossa geração passava da adolescência à mocidade, o problema da linguagem estava na ordem do dia. Os jornais do tempo não prescindiam de um consultório gramatical, como os de hoje não passam sem as colunas sociais e os horóscopos. A imprensa diária reflete, naturalmente, não apenas a psicologia permanente do povo, especialmente nas classes altas da sociedade (ou do regime dominante, nos países ditatoriais. . .) mas as preocupações de cada momento histórico.

Naquele início do século XX, consolidava-se a República e com ela uma burguesia, que se orgulhava de passar de abonada a letrada. E, com isso, de falar e escrever bem. De falar e escrever castiçamente. Segundo os moldes que nos vinham de Portugal. O capitalismo também tem seus reflexos lingüísticos. O grande pontífice do bem falar e do bem escrever, naquele tempo era Candido de Figueiredo. Especialmente no sentido negativo "do que se não deve dizer". Se bem que, já no século passado, com um Heráclito Graça ou um Julio Ribeiro, os fatos da linguagem começassem, ao menos teoricamente, a prevalecer sobre as normas da mesma. O que dominava o ambiente, nessa fase que posteriormente veio a constituir o chamado *pré-modernismo*, era o purismo, a vernaculidade, a correção lusitanizante. Portugal era o "dono da língua", e portanto, devíamos obedecer às normas idiomáticas que de lá viessem. Com o Modernismo, da década de 20, tudo mudou. A doutrina, aliás verdadeira, de que o povo é que faz a língua e a impõe gradativamente aos escritores, e não estes que a impõem àquele, passou de recessiva a dominante. Já se falava mesmo em língua *brasileira*, na base de lingüísticas doutri-

* Artigo extraído do JORNAL DO BRASIL de 19/12/75.

nários como um Herbert Parentes Fortes ou de poetas e lingüistas criadores, como um Mário de Andrade. Surgiu mesmo, em nosso meio, como fruto dessa preocupação idiomática generalizada, toda uma geração de filólogos, de tão alto gabarito, que se pode dizer que data de então o deslocamento do primado lingüístico doutrinário, de Portugal para o Brasil. Nomes como os de Souza da Silveira, Serafim Silva Neto ou Matoso Camara, para só falar de grandes mortos prematuros, foram símbolos dessa troca do eixo filológico.

Tanto o espírito prático de brasilidade lingüística, que dominou o movimento modernista, como o espírito especulativo da nova geração brasileira de filólogos (todos imbuídos da importância da *oralidade* na criação da língua escrita), tanto um elemento como outro confluíram para uma completa reviravolta no conceito de autenticidade lingüística. O elemento *liberdade*, na linguagem tanto escrita como oral, e a primazia desta sobre aquela nas raízes idiomáticas passaram a superar o primado tradicional da *autoridade* no manejo da língua. O presente passava a dominar o passado. O uso a prevalecer sobre os exemplos. O fato sobre a norma. Era como que um sete de setembro lingüístico na ordem cultural. Ora, essa nova orientação, embora ontologicamente bem fundada, não podia deixar de sofrer duas extralimitações uma por excesso e outra por deficiência. A liberdade, como fonte de criação verbal, passou a ser confundida com libertinagem, permissividade e mesmo ignorância. Com isso se reanimaram as forças da reação, purista e lusitanizante. Contra aquela se movimentaram os meios acadêmicos e até políticos. Falou-se mesmo em "morte do idioma". E se demonstrou, inequivocamente, que a aprendizagem insuficiente do idioma e os métodos de apuração de conhecimentos, por testes em massa, redundavam no mais absoluto desconhecimento da língua pátria. E, como sempre acontece com toda reação a um abuso, começou logo um movimento de retroação aos moldes anteriores à revolução lingüística, que o movimento modernista e as novas técnicas escolares tinham provocado.

Como ocorre, porém, nesse choque de extremismos contraditórios, há uma solução de síntese e de superação dos extremos, onde se encontra o caminho do bom senso e da razão. O professor Evanildo Bechara, por exemplo, do Conselho Estadual de Educação e professor da PUC, abriu novos horizontes, ao chamar a atenção para as causas *sociais* e particularmente econômicas, que explicam esse abastardamento no aprendizado da língua e sem cujo atendimento será inútil e irreal qualquer processo de imposição gramatical ou metodológica, no ensino da língua. A Academia Brasileira de Letras, por seu lado, atendendo àquela distinção, tão oportunamente levantada pelo filólogo Antonio Houaiss, entre a linguagem de *comunicação*, que deve atender a exigências de uma norma objetiva e à *liberdade criadora*, tanto do povo como dos escritores, declara que não aspira a ser intérprete de um ideal normativo de padrões castiços, superado de há muito pela própria necessidade de uma comunicação mais rica de conteúdo e de recursos verbais, e por isso não entra no mérito de regras particulares sobre o que deve ou não deve ser dito ou escrito.

Essa combinação de *liberdade e norma*, na utilização da língua, é que representa a verdadeira superação das duas posições extremadas no trato de nossa expressão lingüística, como instrumento dinâmico e não estático. É a solução lógica e fecunda do problema.